

FIGUEIRENSE FUTEBOL CLUBE

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

FIGUEIRENSE FUTEBOL CLUBE

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Conselheiros e Administradores do
Figueirense Futebol Clube
Florianópolis - SC

Opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do Figueirense Futebol Clube ("Clube"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Figueirense Futebol Clube, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)) e às entidades desportivas (ITG 2003 (R1)).

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Limitação da Rubrica "Bloqueio/depósito judicial"

Conforme Nota Explicativa nº 6, às demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2022, o Clube possuía o montante de R\$ 155 mil registrado na Rubrica "Bloqueio/depósito judicial", para os quais não obtivemos evidências suficientes para concluir quanto a sua existência e realização. Consequentemente, não foi praticável determinar se algum ajuste seria necessário às demonstrações contábeis do Clube no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Ausência de revisão de vida útil e avaliação de valor recuperável do ativo imobilizado

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 8, às demonstrações contábeis, com a emissão pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) da NBC TG 27 - Ativo Imobilizado e da Interpretação Técnica ICPC 10, aprovada pela resolução CFC nº 1.263/09, as entidades foram requeridas a calcular e registrar a depreciação dos bens registrados no ativo imobilizado de acordo com as expectativas de vida útil econômica de seus bens, bem como determinar seus valores residuais com base em laudos de especialistas. Todavia, o Clube não revisou a vida útil econômica e o valor residual dos bens registrados no ativo imobilizado, realizando a depreciação de acordo com as taxas fiscais, em desacordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Dessa forma, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre o valor contábil da depreciação em 31 de dezembro de 2022 e, portanto, não opinamos quanto à razoabilidade do valor da despesa de depreciação reconhecida no resultado do exercício. Adicionalmente, o Clube mantém as rubricas de benfeitorias em estádio e benfeitorias em imóveis de terceiros que deveriam ter sido transferidas para o Figueirense S.A.F. nos termos da transação de constituição da S.A.F. e serem depreciados na Companhia.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2022, o Clube possuía patrimônio líquido negativo de R\$ 194.544 mil (R\$ 200.542 mil em 31 de dezembro de 2021), excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante de R\$ 66.924 mil (R\$ 93.860 mil em 2021), evidenciando a necessidade de aporte de recursos financeiros. Conforme a Nota Explicativa nº 1, as demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios, que consideram o pressuposto de sucesso na implementação do Plano de Recuperação Extra Judicial (“REJ”) homologado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina - Vara Regional de Recuperações Judiciais, Falências e Concordatas da Comarca de Florianópolis. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase

Transações com parte relacionada

Chamamos atenção à Nota Explicativa nº 12 às demonstrações contábeis, que descrevem que o Clube mantém transações com parte relacionada nas condições nelas descritas. Dessa forma, essas demonstrações contábeis devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Tributos e encargos sociais a recolher

Chamamos atenção à Nota Explicativa nº 15, às demonstrações contábeis, que descrevem que o Clube não está recolhendo as parcelas relacionadas ao Programa Municipal de Adimplemento Permanente Administrativo (PAP - PMF) com a Prefeitura de Florianópolis desde dezembro de 2022. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Demonstrações contábeis comparativas

Chamamos atenção à Nota Explicativa nº 3 às demonstrações contábeis, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir o aprimoramento de práticas contábeis descrito na referida nota explicativa. Em 10 de junho de 2022 emitimos relatório de auditoria com modificação relacionado ao não registro do cálculo da equivalência patrimonial, que ora estão sendo reapresentadas. Consequentemente, a ressalva relacionada com o referido assunto não é mais necessária e, portanto, nosso novo relatório, que substitui o anterior, não contém essa modificação.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por nós, em 10 de junho de 2022, com ressalvas relacionadas à divergência na resposta de circularização de bancos, falta de conciliação de bloqueios e depósitos judiciais, não registro do cálculo da equivalência patrimonial, depreciação registrada em desacordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e parágrafo de ênfase quanto à continuidade operacional, rescisão de contrato e transações com parte relacionada.

Responsabilidade da Administração pela auditoria das demonstrações contábeis

A Administração do Clube é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Clube continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Clube ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Clube são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Clube;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Clube. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Clube a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 25 de maio de 2023.



BDO RCS Auditores Associados Ltda.
CRC 2 SP 015165/0-8 - S - SC

Carlos Aragaki
Contador CRC 1 SP 132091/0-1 - S - SC

FIGUEIRENSE FUTEBOL CLUBE

(CNPJ:83.930.131/0001-03)

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2021		Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Nota explicativa	31/12/2021	
		31/12/2022	(reapresentado)			31/12/2022	(reapresentado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.341	4.648	Fornecedores		4.876.200	4.296.052
Contas a receber	5	3.039	521.619	Obrigações sociais e trabalhistas	10	28.230.049	42.540.029
Adiantamentos		8.599	59.097	Empréstimos e financiamentos	11	984.075	1.014.141,44
Outros créditos	6	1.015.053	1.017.856	Outros credores	13	19.408.911	17.103.261
Estoques		-	16.046	Tributos e encargos sociais a recolher	14	12.947.124	28.440.114
		1.032.033	1.619.266	Tributos parcelados	15	1.448.494	1.826.496
				Receitas diferida		38.041	122.914
Não circulante				Partes relacionadas	12	23.463	136.000
Investimentos	7	12.142.699	1.000			67.956.357	95.479.006
Imobilizado	8	2.310.906	21.961.161	Não circulante			
Intangível	9	-	44.418	Tributos parcelados	15	21.245.305	6.398.033
		14.453.605	22.006.579	Empréstimos e financiamentos	11	2.124.281	2.027.851,90
				Provisões para contingências	16	20.481.207	21.439.780
				Outros credores	13	98.222.612	98.823.976
						142.073.405	128.689.641
				Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
				Patrimônio Social		(200.542.801)	(101.578.185)
				Reserva de reavaliação		-	19.954.708
				Superávit do exercício		5.998.677	(118.919.323)
						(194.544.125)	(200.542.802)
Total do ativo		15.485.638	23.625.844	Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		15.485.638	23.625.844

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FIGUEIRENSE FUTEBOL CLUBE

(CNPJ:83.930.131/0001-03)

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	Nota explicativa	2022	31/12/2021 (reapresentado)
Receita líquida	17	27.872.696	8.194.596
Custo da atividade de desporto			
Custo do departamento de futebol	18	(4.153.817)	(6.065.067)
Custo de competições	19	(512.157)	(419.404)
Despesas Atletas em Formação		-	(291.262)
Custo Mercadorias Vendidas		-	(302.662)
		<u>(4.665.974)</u>	<u>(7.078.394)</u>
Resultado bruto atividade desporto		23.206.721	1.116.202
Outras receitas/(despesas) operacionais			
Contingências trabalhistas	20	(989.901)	(10.751.568)
Despesas gerais e administrativas	21	(11.673.435)	(102.908.253)
Despesas com serviços de terceiros	22	(1.628.757)	(1.857.020)
		<u>(14.292.093)</u>	<u>(115.516.840)</u>
Resultado operacional antes dos resultados financeiros			
Despesas financeiras	23	(3.052.878)	(4.800.804)
Receitas financeiras	24	136.927	59.676
Resultado financeiro		<u>(2.915.951)</u>	<u>(4.741.128)</u>
(=) Superávit/(déficit) do exercício		<u>5.998.677</u>	<u>(119.141.766)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FIGUEIRENSE FUTEBOL CLUBE

(CNPJ:83.930.131/0001-03)

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

	2022	2021 (reapresentado)
Superávit/(déficit) do exercício	<u>5.998.677</u>	<u>(119.141.766)</u>
Outros resultados abrangentes	-	194.999
Total do resultado abrangente do exercício	<u>5.998.677</u>	<u>(118.946.767)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FIGUEIRENSE FUTEBOL CLUBE

(CNPJ:83.930.131/0001-03)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em Reais)

	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>(Déficits)/superávit acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(58.611)	20.149.706	(101.506.335)	(81.415.241)
Realização da reserva de reavaliação	-	(194.999)	194.999	-
Doações patrimoniais	(13.240)	-	27.444	14.205
Transferência patrimônio social	(101.506.335)	-	101.506.335	-
Déficit do exercício	-	-	(119.141.766)	(119.141.766)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>(101.578.185)</u>	<u>19.954.708</u>	<u>(118.919.323)</u>	<u>(200.542.802)</u>
Realização da reserva de reavaliação	19.954.708	(19.954.708)	-	-
Transferência patrimônio social	(118.919.323)	-	118.919.323	-
(Déficit)/superávit do exercício	-	-	5.998.677	5.998.677
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u><u>(200.542.801)</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>5.998.677</u></u>	<u><u>(194.544.125)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FIGUEIRENSE FUTEBOL CLUBE

(CNPJ:83.930.131/0001-03)

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

	2022	2021 (reapresentado)
Fluxo de caixa proveniente das operações		
(=) Superávit/(déficit) do exercício	5.998.677	(119.141.766)
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	448.861	585.538
Provisão para contingência	745.895	9.628.292
Juros sobre empréstimos	232.818	280.115
Resultado equivalência patrimonial	5.889.278	94.661.455
	<u>13.315.529</u>	<u>(13.986.367)</u>
(Redução)/aumento nos ativos operacionais		
Contas a receber	518.579	(496.883)
Adiantamentos	50.498	(18.373)
Título de capitalização	-	1.263
Outros	2.803	168.204
Estoques	16.046	173.739
	<u>587.926</u>	<u>(172.050)</u>
(Redução)/aumento nos passivos operacionais		
Fornecedores	580.148	51.572
Obrigações sociais	(14.309.980)	5.713.675
Impostos e encargos sociais a recolher	(15.492.990)	2.562.905
Impostos parcelados	14.469.270	769.734
Receita diferida	(84.872)	112.605
Outros credores	4.044.382	5.076.149
Provisões Trabalhistas	(1.704.469)	-360.126
Partes relacionadas	(112.537)	136.000
	<u>(12.611.048)</u>	<u>14.062.513</u>
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas atividades operacionais	<u>1.292.407</u>	<u>(95.904)</u>
Movimentações do imobilizado	(1.116.260)	(15.285)
Líquido das operações do ativo intangível	-	(46.751)
Movimentações de investimentos	(9.000)	21.836
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	<u>(1.125.260)</u>	<u>(40.200)</u>
Financiamentos	(166.453)	127.121
Caixa líquido (consumido)/gerado nas atividades de financiamento	<u>(166.453)</u>	<u>127.121</u>
Aumento líquido/(redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>693</u>	<u>(8.983)</u>
Disponibilidades no início do exercício	4.648	13.632
Disponibilidades no final do exercício	5.341	4.648
Aumento líquido/(redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>693</u>	<u>(8.983)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Informações gerais

O Figueirense Futebol Clube (em recuperação extrajudicial) é uma associação com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em 12 de junho de 1921. Constituído por prazo indeterminado, com personalidade jurídica distinta de seus associados, os quais não respondem, solidária ou subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pelo Clube. Reconhecida como entidade de Utilidade Pública pela Lei nº 330, de 24 de fevereiro de 1958, do Município de Florianópolis, Utilidade Pública Estadual pela Lei nº 1987, de 10 de abril de 1959, publicada no Diário Oficial do dia 23 de abril de 1959.

O Clube tem por finalidade:

- Realizar a integração de seus associados em reuniões e eventos de natureza desportiva, social, cultural, cívica, assistencial e de benemerência;
- Promover e participar de campeonatos e torneios oficialmente patrocinados pelas entidades a que estiver filiado, nos termos dos respectivos regulamentos;
- Fomentar a prática desportiva nas diversas modalidades, mantendo equipes e atletas em seus quadros ou mediante parceria com outras associações;
- Utilizar o esporte como instrumento de formação de valores, de educação e de conscientização, de inclusão social e de responsabilidade social e ambiental, gerando oportunidade de desenvolvimento pessoal e profissional, especialmente aos mais jovens e aos menos favorecidos; e
- Constituir e participar do quadro societário de sociedade empresarial, na forma prevista e autorizada pelas leis civis e desportivas em especial naquelas que tenham por objeto social a gestão esportiva de seus bens.

Durante o ano de 2019 a relação societária entre o Figueirense Futebol Clube (Associação) e a Elephant Participações Societárias teve os seguintes desfechos:

- Maio de 2019 - notificação para que a Elephant apresentasse esclarecimentos e/ou um cronograma de adimplemento das obrigações que haviam sido assumidas no Acordo de Investimento firmado em 2017;
- Julho de 2019 - as partes firmaram, em julho de 2019, "Termo de Compromisso e Outras Avenças", pelo qual ficou estabelecida uma série de obrigações por parte da Elephant face à Associação, dentre elas, especialmente:
 - a) O aporte, à empresa, para aumento de capital, em fundos disponíveis para pronta utilização, da quantia de R\$ 19.000.000,00 (dezenove milhões de Reais), dos quais R\$ 1.200.000,00 deveriam ter sido pagos até o dia 02 de agosto de 2019 e R\$ 1.175.000,00 até o dia 12 de setembro de 2019 (Cláusula Segunda);

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

- b) O cumprimento da cláusula de “Performance Financeira” prevista no Acordo de Investimento, pela qual a requerida obrigou-se, dentre outros pontos, a realizar os pagamentos devidos a jogadores e funcionários pontualmente e com respeito a todas as leis aplicáveis.
- Setembro 2019 - no final do dia 19 de setembro de 2019, após uma longa série de reuniões entre Associação e Elephant, as partes decidiram, em comum acordo, encerrar a relação que havia sido inicialmente firmada em 2017. Esse acordo foi amplamente noticiado pela mídia. Os advogados da Associação, então, minutaram um Memorando de Entendimentos para o Distrato na presença do representante da Elephant, Sr. Cláudio Honigman, e enviaram-no para seus advogados, a pedido do próprio Sr. Cláudio Honigman, considerando que este disse que não assinaria o memorando sem uma reunião com o advogado. A reunião haveria de acontecer às 9h30min do dia 20 de setembro de 2019. Assim, até as 14h do mesmo dia haveria de se proceder à assinatura. Entretanto, o Sr. Cláudio Honigman retroagiu em termos já negociados e pretendeu estipular uma indenização de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) em favor da Elephant. No dia 20 de setembro de 2019, mediante notificação escrita e enviada à Elephant diretamente da sede do clube, a Associação Figueirense Futebol Clube deu por rescindido o contrato firmado entre as partes, nos termos do artigo 474 do Código Civil, operando-se a resolução de pleno direito e de modo imediato e cumprindo o disposto no termo pactuado em julho (cláusula 9.2). No dia 23 de setembro de 2019, o juiz da 2ª Vara Cível da comarca de Florianópolis (continente), deferiu a liminar que deu a Associação Figueirense a gestão da Figueirense Ltda. Em 2020, não houve movimentação relevante referente a esse processo. Em 11 de fevereiro de 2021 a demanda objetivando o afastamento de Cláudio Honigman, da administração do clube, foi julgada procedente, com a confirmação da tutela que havia sido deferida em 2019. Diante do julgamento favorável, os réus - Elephant e Honigman - foram condenados ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios e a Elephant em honorários a incidir sobre o pedido de reconvenção que havia por ela sido formulado. Referido processo transitou em julgado em 17 de março de 2021, sem a interposição de recursos pelas partes. Em decorrência dos fatos citados acima os ativos e passivos relacionados com o futebol profissional retornaram para a Associação ao longo de 2021, inicialmente com o processo de refiliação na federação e migração dos atletas de futebol, bem como, as receitas provenientes do futebol, sendo que o FFC Ltda ficou responsável pelo gerenciamento de prestadores de serviços terceirizados em questão de logística de todas as atividades necessárias ao desenvolvimento da operação do futebol, conforme contrato celebrado em fevereiro de 2021, bem como com os impostos parcelados intransferíveis. No início 2022, a gestão de prestadores de serviços terceirizados e toda as atividades necessárias ao desenvolvimento do futebol retornaram ao clube até fevereiro de 2022.

Recuperação Extrajudicial (REJ)

Em 11 de março de 2021, o Figueirense Futebol Clube requereu a prestação de tutela cautelar em caráter antecedente, preparatória de pedido de recuperação extrajudicial. Em síntese, pleiteou a suspensão da exigibilidade dos créditos trabalhistas e quirografários e levantamento de ativos objeto de bloqueios e arrestos. Em 12 de março de 2021, o Juízo da Recuperação indeferiu a petição inicial por ilegitimidade ativa do Figueirense Futebol Clube, julgando extinto o processo sem resolução de mérito. Em 15 de março de 2021, o Figueirense interpôs Apelação visando a reforma da sentença, que foi distribuída sob nº 5024222-97.2021.8.24.0023, perante a 4ª Câmara de Direito Comercial do e. Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina. Em 18 de março de 2021, o Desembargador Torres Marques, em decisão monocrática, desconstituiu a sentença e reconheceu a legitimidade ativa do Figueirense Futebol Clube. Em 31 de março de 2021, o Juízo da Recuperação deferiu parcialmente a liminar pleiteada, para antecipar os efeitos do *stay period* (suspensão das ações e execuções movidas contra as recuperandas por um prazo de 180 dias) ao Figueirense. Em 07 de maio de 2021, o Figueirense apresentou o pedido de homologação do Plano de Recuperação Extrajudicial ("pedido de homologação"). Em 12 de maio de 2021, O Juízo da Recuperação determinou a realização de constatação preliminar para analisar os documentos do pedido de homologação, nomeando como Administradora Judicial a Credibilità Administrações Judiciais. Além disso, manteve a extensão do *stay period* para os credores abrangidos pelo pedido de homologação. Em 24 de maio de 2021, o Administrador Judicial apresentou o Laudo de Constatação, concluindo que os requisitos iniciais para o recebimento do pedido de recuperação extrajudicial foram atendidos. Em 26 de maio de 2021, o Juízo da Recuperação deferiu o processamento do pedido de homologação e manteve a antecipação dos efeitos do *stay period* até o escoamento do prazo, contado a partir da data de seu deferimento original. Além disso, concedeu o prazo de 90 dias para o Figueirense apresentar os demais termos de adesão que comprovem a anuência de titulares de mais da metade do crédito (artigo 163, §7º da Lei nº 11.101/200), e determinou a publicação do Edital de intimação dos credores (artigo 164, da Lei nº 11.101/2005). Em 31 de maio de 2021, o Figueirense requereu o processamento da recuperação em consolidação substancial de ativos e passivos do Figueirense. Em 22 de junho de 2021, o pedido de consolidação substancial foi indeferido pelo Juízo da Recuperação.

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

Em 25 de maio de 2021, o Figueirense interpôs agravo de instrumento em face da referida decisão, distribuído sob nº 5033655-97.2021.8.24.0000, o qual, até o momento, não teve julgamento de mérito pelo e. TJSC. Em 30 de julho de 2021, o Figueirense apresentou os novos termos de adesão, comprovando o atingimento do quórum necessário à homologação do Plano de Recuperação Extrajudicial. Assim, requereu a publicação do Edital (artigo 164, da Lei nº 11.101/2005) para conferir ciência formal do pedido de homologação a todos os credores listados, a fim de que pudessem apresentar suas eventuais impugnações dentro do prazo legal de 30 dias. Em 10 de maio de 2021, foi publicado o Edital de intimação dos credores, iniciando-se o prazo para que os credores apresentem eventuais impugnações ao plano de recuperação extrajudicial. Em 13 de setembro de 2021, foi certificado que decorreu o prazo para os credores impugnarem o plano. Foram apresentadas nove impugnações. Em 1º de outubro de 2021, o Figueirense apresentou resposta às referidas impugnações ao plano de recuperação extrajudicial. Em 17 de dezembro de 2021 o juízo da vara regional de Rec. Judiciais, Falências e Concordatas da Comarca de Florianópolis homologou o Plano de Recuperação Extrajudicial, na modalidade impositiva, no qual, nem todos os credores sujeitos ao plano são signatários ou aderentes, sendo necessário para a homologação que mais de 50% + 1 de todos os créditos de uma determinada classe ou grupo de credores tenham concordado com seus termos.

O Plano de Recuperação consiste em:

- a) Credores Trabalhistas: 1 ano de carência para o início do pagamento - 9 anos para pagar com correção pela TR + 0,5% a.m.;
- b) Credores Quirografários - 3 anos de carência para o início do pagamento - 12 anos para pagar com correção pela TR + 0,5% a.m.;
- c) Há um compromisso de até dez de 2022, o FFC aportar R\$ 600.000,00 para amortização da dívida trabalhista.

A homologação da recuperação extrajudicial, REJ, foi mais um passo na direção da reestruturação financeira do clube, sendo a medida adequada para preservar a continuidade operacional, patrimonial, social e suas atividades desportivas.

Em 31 de janeiro de 2023, houve o julgamento de um recurso de apelação por parte de um credor no sentido de anular a sentença que homologou o plano de recuperação, dá decisão dada, o clube contestou e em 10 de fevereiro de 2023 o desembargador manteve a sentença que homologou a recuperação extrajudicial do clube até o julgamento dos embargos, vide eventos subsequentes.

Transferência atividade futebol para S.A.F

Em 21 de dezembro de 2021 foi realizada a assembleia onde foi aprovada por 100% dos votos a criação do Figueirense Futebol Clube Sociedade Anônima do Futebol (S.A.F), por ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal, integralmente subscrita e parcialmente integralizado, em moeda nacional, no valor de R\$ 10 mil Reais.

FIGUEIRENSE FUTEBOL CLUBE

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

A partir de fevereiro de 2022 começou a transferência do modelo associativo para S.A.F. nos termos da Lei nº 14.193/21, por meio da transferência dos ativos e passivos relacionados ao departamento de futebol profissional do clube, primeiramente com o processo de filiação e migração dos atletas de futebol.

Os direitos e deveres decorrentes de relações, de qualquer natureza, estabelecidos com o clube, pessoa jurídica original e entidades de administração, inclusive direitos de participação em competições profissionais, bem como contratos de trabalho, de uso de imagem ou quaisquer outros contratos vigentes vinculados à atividade do futebol foram transferidos à SAF.

Contratos de patrocínio e publicidades que tinham vigência ainda a vencer na Associação foram aditivados para a S.A.F.

A partir da 2ª quinzena de fevereiro a receita de transmissão esportiva e bilheteria da Copa do Brasil, bem como a bilheteria do Campeonato Catarinense foram realizadas na S.A.F.

Novos contratos foram realizados de prestação de serviços e de patrocínio e publicidade, que se findaram na Associação, para a S.A.F.

Em 1º de março foi celebrado o contrato de cessão e uso do estádio Orlando Scarpelli entre Associação e S.A.F para os jogos da oficiais da temporada de 2022 e toda sua operação diária administrativa, jogos e treinos do futebol.

Em 11 de março foi integralizado o restante subscrito em 2021, em moeda nacional, no total de R\$ 9 mil reais.

Em 1º de maio houve a cessão de crédito a receber da mensalidade de Sócios via Futebolcard para a S.A.F no total de 229.433 (duzentos e vinte e nove mil, quatrocentos e trinta e três Reais):

Figueirense Futebol Clube	Transferências para S.A.F			Saldos contábeis em 01/05/2022
	Saldos contábeis em 30/04/2022	Débitos	Créditos	
Saldos contábeis (em R\$)				
Ativo circulante				
Contas a receber				
Mensalidade de Sócios via Futebolcard	229.433		229.433	-

Em 09 de setembro de foi subscrito e integralizado pela Associação na S.A.F o estádio Orlando Scarpelli, terreno e construção, sendo de 1.967.356 (Um milhão, novecentos e sessenta e sete mil, trezentos e cinquenta e seis reais) referente a construção e 18.394.716(dezoito milhões, trezentos e noventa e quatro mil, setecentos e dezesseis reais) no terreno do estádio, totalizando 20.362.702 (vinte milhões, trezentos e sessenta e dois mil, setecentos e dois Reais), ambos pelo valor histórico do bem.

Equilíbrio econômico e capital circulante líquido

A Associação apresenta deficiência de capital de giro de R\$ 66.924.324 (R\$93.859.740 em 2021) e acumula déficits sucessivos, tendo no ano de 2022 um superávit.

As ações promovidas pelo clube para reverter à situação atual compreendem:

- Redução das despesas e custos do Clube;
- Renegociação de dívidas tributárias e demais dívidas;
- Implementação de estratégias para minimizar riscos que potencializem demandas trabalhistas e cíveis;
- Busca de investidor para a S.A.F, a fim de equilibrar a situação financeira e econômica do Clube.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria em 28 de abril de 2023.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)) e ITG 2003 (R1) - Entidades desportivas.

2.1. Base de preparação

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração do clube no processo de aplicação das políticas contábeis do clube. Como tais estimativa envolvem a probabilidade de eventos futuros, os resultados reais podem divergir significativamente dessas estimativas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis estão divulgadas nas Nota Explicativa nº 8 - imobilizado e 16 - provisão para contingências.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

2.2. Sumário das principais práticas contábeis adotadas

2.2.1. Moeda funcional

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), sendo essa a moeda funcional e de apresentação da Associação.

(i) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no fechamento do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado do clube.

2.2.2. Ativos financeiros

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros.

O clube classifica seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Redução ao valor recuperável

O Clube reconhece provisão para perda de crédito esperado para seus ativos classificados ao custo amortizado. A administração levou em consideração seu procedimento atual de provisão para perdas com devedores duvidosos, as características de risco de crédito dos clientes.

Passivos financeiros - reconhecimento inicial

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos do custo da transação.

Passivos financeiros - mensuração subsequente

Custo amortizado: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou por meio do acréscimo da taxa efetiva.

Os principais ativos e passivos financeiros do Clube são:

Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber, títulos de capitalização, Fornecedores e outros credores.

2.2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, as quais são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

2.2.4. Contas a receber de clientes

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das negociações de direitos federativos e patrocínio, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa ("PECLD") são constituídas com base em análise individual dos valores a receber, considerando:

- (i) O conceito de perda incorrida e perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações contábeis;
- (ii) Ativos financeiros que já apresentam evidência objetiva de impairment em 31 de dezembro 2022.

As PECLD foram constituídas em montante, considerado pela Administração, necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em virtude da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes.

2.2.5. Outras contas a receber (circulante e não circulante)

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

2.2.6. Depósitos judiciais/bloqueios

O Depósitos judiciais/bloqueios são oriundos de situações em que o Clube questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

2.2.7. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável.

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

Descrição	Anos
Benfeitorias em estádio	4%
Veículos	20%
Móveis e utensílios	10%
Equipamentos de processamento de dados	20%
Máquinas e equipamentos	10%
Instalações diversas	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.2.8. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado como despesa.

Nessa rubrica estão registrados:

- Os gastos incorridos com atletas profissionais. A amortização é calculada de acordo com o prazo de vigência do contrato profissional;
- Os gastos incorridos com aquisição de direitos de uso de software. A amortização é calculada pelo método linear à taxa de 20% ao ano.

2.2.9. Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros

Na data de cada demonstração contábil, o clube analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, o clube estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor em uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil.

Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, o clube reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*) e a eventual redução no valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício.

2.2.10. Fornecedores e outros credores

As contas a pagar aos fornecedores e outros credores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, caso aplicável.

2.2.11. Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos corresponde ao valor dos recursos captados, acrescidos dos juros e encargos proporcionais ao período incorrido, deduzidos das parcelas amortizadas. Se aplicável, os saldos de empréstimos e financiamentos contemplam a variação cambial reconhecida sobre o passivo.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o clube tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.2.12. Provisões

As provisões são reconhecidas quando o clube tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados ou expectativa de eventos futuros, sendo provável a saída de recursos para liquidar determinada obrigação, mensurada com base em uma estimativa confiável do valor provisionado.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Dentre as provisões levantadas pelo clube, se encontram as provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis, as quais são provisionadas quando os processos judiciais são avaliados como perda provável, pelos assessores jurídicos e pela Administração do clube. Essa avaliação é efetuada considerando a natureza dos processos em questão, similaridades com causas julgadas anteriormente e andamento do julgamento das causas. Quando o clube espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, este ativo é reconhecido somente quando sua realização for considerada líquida e certa, sem haver a constituição de ativos sob cenários de incerteza.

2.2.13. Impostos e contribuições

Em virtude de ser um Clube sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999, e o artigo 195 da Constituição Federal.

i) Programa de Integração Social (PIS)

Em virtude de ser um Clube sem fins lucrativos, está sujeito ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97.

ii) Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS)

O Clube está recolhendo a quota patronal à alíquota de 4,5%, incidente sobre a folha de pagamento.

iii) Impostos sobre receitas do Clube

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: Imposto/Contribuição Alíquota (%):

- Seguridade Social (INSS): 5%.

Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

Em virtude de ser um Clube sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias, de acordo com as Leis nºs 9.718/98 e 10.833/03. (alíquota de 7,60% para não próprias).

Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS)

O Clube por manter equipe de futebol profissional tem a contribuição empresarial da Seguridade Social deduzida à alíquota correspondente a 5% da receita bruta decorrente:

- a) Dos espetáculos desportivos de que participe no território nacional, em qualquer modalidade desportiva, inclusive jogos internacionais;
- b) De qualquer forma de patrocínio, licenciamentos de uso de marcas e símbolos de publicidade, ou propaganda e de transmissão dos espetáculos desportivos.

2.2.14. Reconhecimento da receita

2.2.14.1. Geral

A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes. Compreende patrocínios, receitas com associados, timemania, entre outros. O Clube reconhece a receita quando o valor desta pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos fluirão para o Clube.

2.2.14.2. Receitas de publicidade (patrocínios)

As receitas com patrocínio são contabilizadas com base nos contratos celebrados com os respectivos patrocinadores, de acordo com a vigência estipulada para veiculação de sua marca junto ao Clube.

2.2.14.3. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.2.15. Novos pronunciamentos técnicos adotados

As normas e interpretações que se aplicam pela primeira vez em 2022, não apresentam impactos nas demonstrações financeiras do Clube.

O Clube decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes. Em relação aos pronunciamentos novos, a serem implementados nos anos subsequentes, não é esperado que tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis do Clube.

3. Reapresentação dos valores correspondentes de 2021

Conforme pronunciamento contábil CPC PME seção 10 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros, os impactos nas demonstrações contábeis comparativas relativos às mudanças de práticas contábeis precisam ser divulgados e as demonstrações contábeis comparativas reapresentadas.

FIGUEIRENSE FUTEBOL CLUBE

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

Em 2022 a Associação reconheceu retrospectivamente no exercício de 31 de dezembro de 2021, os efeitos do ajuste de saldos:

- a) Reconhecimento do resultado de equivalência patrimonial do investimento na controlada FFC Ltda. pelo método de equivalência patrimonial:

FIGUEIRENSE FUTEBOL CLUBE
(CNPJ:83.930.131/0001-03)

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2021
(Em Reais)

Ativo	31/12/2021 antes dos ajustes	Ajustes	31/12/2021 após ajustes (reapresentado)
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4.648	-	4.648
Contas a receber	521.619	-	521.619
Adiantamentos	59.097	-	59.097
Títulos de capitalização	-	-	-
Outros créditos	1.017.856	-	1.017.856
Estoques	16.046	-	16.046
	<u>1.619.266</u>	<u>-</u>	<u>1.619.266</u>
Não circulante			
Investimentos	1.500	(500)	1.000
Imobilizado	21.961.161	-	21.961.161
Intangível	44.418	-	44.418
	<u>22.007.079</u>	<u>(500)</u>	<u>22.006.579</u>
Total do ativo	<u>23.626.344</u>	<u>(500)</u>	<u>23.625.844</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FIGUEIRENSE FUTEBOL CLUBE

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

FIGUEIRENSE FUTEBOL CLUBE
(CNPJ:83.930.131/0001-03)

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2021
(Em Reais)

Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)

	31/12/2021 antes dos ajustes	Ajustes	31/12/2021 após ajustes (reapresentado)
Circulante			
Fornecedores	4.296.052	-	4.296.052
Obrigações sociais e trabalhistas	42.540.029	-	42.540.029
Empréstimos e financiamentos	1.014.141	-	1.014.141
Outros credores	17.103.261	-	17.103.261
Tributos e encargos sociais a recolher	28.440.114	-	28.440.114
Tributos parcelados	1.826.496	-	1.826.496
Receitas diferida	122.914	-	122.914
Partes relacionadas	136.000	-	136.000
	<u>95.479.006</u>	<u>-</u>	<u>95.479.006</u>
Não circulante			
Tributos parcelados	6.398.033	-	6.398.033
Empréstimos e financiamentos	2.027.852	-	2.027.852
Provisões para contingências	21.439.780	-	21.439.780
Outros credores	4.163.021	94.660.955	98.823.976
	<u>34.028.686</u>	<u>94.660.955</u>	<u>128.689.641</u>
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Patrimônio Social	(71.850)	-	(71.850)
Reserva de reavaliação	19.954.708	-	19.954.708
Déficits acumulados	(125.764.203)	(94.661.455)	(220.425.658)
	<u>(105.881.347)</u>	<u>(94.661.455)</u>	<u>(200.542.802)</u>
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	<u>23.626.344</u>	<u>(500)</u>	<u>23.625.844</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FIGUEIRENSE FUTEBOL CLUBE

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

FIGUEIRENSE FUTEBOL CLUBE
(CNPJ:83.930.131/0001-03)

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021
(Em Reais)

	31/12/2021 (divulgado)	Ajuste	31/12/2021 (reapresentado)
Receita líquida	8.194.596		8.194.596
Custo da atividade de desporto			
Custo do departamento de futebol	(6.065.067)	-	(6.065.067)
Custo de competições	(419.404)	-	(419.404)
Despesas atletas em formação	(291.262)	-	(291.262)
Custo Mercadorias Vendidas	(302.662)	-	(302.662)
	<u>(7.078.394)</u>	-	<u>(7.078.394)</u>
Resultado bruto atividade desporto	<u>1.116.202</u>	-	<u>1.116.202</u>
Outras receitas/(despesas) operacionais			
Contingências trabalhistas	(10.751.568)	-	(10.751.568)
Despesas gerais e administrativas	(8.246.798)	(94.661.455)	(102.908.253)
Despesas com serviços de terceiros	(1.857.020)	-	(1.857.020)
	<u>(20.855.385)</u>	<u>(94.661.455)</u>	<u>(115.516.840)</u>
Resultado operacional antes dos resultados financeiros			
Despesas financeiras	(4.800.804)	-	(4.800.804)
Receitas financeiras	59.676	-	59.676
Resultado financeiro	<u>(4.741.128)</u>	-	<u>(4.741.128)</u>
(=) Déficit do exercício	<u>(24.480.312)</u>	<u>(94.661.455)</u>	<u>(119.141.766)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FIGUEIRENSE FUTEBOL CLUBE

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

FIGUEIRENSE FUTEBOL CLUBE
(CNPJ: 83.930.131/0001-03)

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021
(Em Reais)

	31/12/2021 (divulgado)	Ajuste	31/12/2021 (reapresentado)
Fluxo de caixa proveniente das operações			
Déficit do exercício	(24.480.312)	(94.661.455)	(119.141.766)
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais			
Depreciação e amortização	585.538	-	585.538
Provisão para contingência	9.628.292	-	9.628.292
Juros sobre empréstimos	280.115	-	280.115
Resultado Equivalência patrimonial	-	94.661.455	94.661.455
	<u>(13.986.367)</u>	<u>-</u>	<u>(13.986.367)</u>
Redução/(aumento) nos ativos operacionais			
Contas a receber	(496.883)	-	(496.883)
Adiantamentos	(18.373)	-	(18.373)
Título de capitalização	1.263	-	1.263
Outros	168.204	-	168.204
Estoques	173.739	-	173.739
	<u>(172.050)</u>	<u>-</u>	<u>(172.050)</u>
Aumento/(redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores	51.572	-	51.572
Obrigações sociais	5.713.675	-	5.713.675
Impostos e encargos sociais a recolher	2.562.905	-	2.562.905
Impostos parcelados	769.734	-	769.734
Receita diferida	112.605	-	112.605
Outros credores	5.076.149	-	5.076.149
Provisões Trabalhistas	(360.126)	-	(360.126)
Partes relacionadas	136.000	-	136.000
	<u>14.062.513</u>	<u>-</u>	<u>14.062.513</u>
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(95.904)	-	(95.904)
Movimentações do imobilizado	(15.285)	-	(15.285)
Líquido das operações do ativo intangível	(46.751)	-	(46.751)
Movimentações de investimentos	21.836	-	21.836
	<u>(40.200)</u>	<u>-</u>	<u>(40.200)</u>
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(40.200)	-	(40.200)
Financiamentos	127.121	-	127.121
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	<u>127.121</u>	<u>-</u>	<u>127.121</u>
Redução no caixa e equivalentes de caixa	<u>(8.983)</u>	<u>-</u>	<u>(8.983)</u>
Disponibilidades no início do exercício	13.632	-	13.632
Disponibilidades no final do exercício	4.648	-	4.648
Redução no caixa e equivalentes de caixa	<u>(8.983)</u>	<u>-</u>	<u>(8.983)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FIGUEIRENSE FUTEBOL CLUBE

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2022	2021
Caixa	1.693	1.243
Caixa secretária	150	100
Banco conta movimento	553	1.234
Aplicações financeiras de liquidez imediata (i)	2.946	2.071
	<u>5.341</u>	<u>4.648</u>

(i) As aplicações financeiras de liquidez imediata, baixo risco de variação no valor de mercado e vencimentos não superior a três meses, estão representados por depósitos em fundos de renda fixa que tiveram uma remuneração média de 5 % CDI (CDB).

5. Contas a receber

Ativo circulante	2022	2021
Patrocínios, exploração de marcas e outros	771.164	907.506
Clubes de futebol (i)	1.680.874	2.130.874
(-) Provisão para riscos de créditos de liquidação duvidosa	(2.448.999)	(2.516.762)
Total contas a receber	<u>3.039</u>	<u>521.619</u>

Referem-se a transferências de atletas profissionais, cujo montante é composto, substancialmente, pelos:

Clubes	Atletas	Valor
Clube Atlético Mineiro	Clayton da Silveira da Silva	847.075
Gaziantespor Kululu	Marcos G. Silveira Pedroso	479.415
Outros		354.384
Total		<u>1.680.874</u>

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

Descrição	2022	2021
A vencer		
Vencidos		
Até 30 dias	-	472.639
De 31 a 60 dias	-	15.350
De 61 a 90 dias	-	2.850
De 91 a 180 dias	3.039	30.780
Acima de 180 dias	2.448.999	2.516.762
Perdas Estimadas com Créditos de liquidação duvidosa	(2.448.999)	(2.516.762)
	<u>3.039</u>	<u>521.619</u>

Movimentação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

	2022	2021
Saldos iniciais	(2.516.762)	(2.381.834)
Adições	(95.282)	(141.067)
Baixas	163.044	6.139
Saldos finais	<u>(2.448.999)</u>	<u>(2.516.762)</u>

FIGUEIRENSE FUTEBOL CLUBE

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

6. Outros créditos

Descrição	2022	2021
FFC Ltda (i)	983.333	983.333
(-) Provisão perda crédito outros direitos a realizar	(983.333)	(983.333)
Cartões de crédito	-	215.344
Outros créditos	9.988	172.143
Bloqueio/depósito judicial (ii)	1.005.065	630.369
	<u>1.015.053</u>	<u>1.017.856</u>

- (i) Refere-se ao reconhecimento do direito oriundo do contrato de investimento e Transferência da Atividade de Futebol entre a Associação e a Figueirense Ltda., nos termos da Cláusula 3.4, onde estabelece que pelo prazo de duração da transferência do Futebol, a Associação fara jus a 10% do valor de toda e qualquer receita oriunda da contribuição dos associados da Associação. Determina ainda que esse valor não poderá ser inferior a R\$ 50.000 (cinquenta mil Reais) e tampouco superior a R\$ 70.000 (setenta mil Reais). Com o rompimento do contrato entre Figueirense futebol clube e Elephant em setembro de 2019, o valor parou de ser reconhecido, vide Nota Explicativa n° 1;
- (ii) Refere-se a valores bloqueados e depositados em juízo de processos de origem trabalhista, cível, no montante de 1.004.625 (um milhão e quatro mil, seiscentos e vinte e cinco Reais).

Movimentação 2022

Descrição	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022
Bloqueio Judicial	259.701	225.100	(156.030)	328.771
Depósito Recursal	169.648	-	-	169.648
Depósito Judicial	85.092	-	-	85.092
Depósito FGTS acordos não judiciais	-	16.721	-	16.721
Bloqueio Timemania	115.928	574.650	(285.745)	404.833
	<u>630.369</u>	<u>816.470</u>	<u>(441.775)</u>	<u>1.005.065</u>

7. Investimento

Descrição	2022	2021 (reapresentado)
FFC Ltda	-	-
FFC S.A.F (i)	12.142.699	1.000
	<u>12.142.699</u>	<u>1.000</u>

- (i) Em dezembro de 2021, ocorreu a transferência dos ativos e passivos do futebol profissional da Associação para a S.A.F conforme a Lei n° 14.193/21, tendo a participação de 100% das ações. Em setembro de 2022 integralizou o estádio Orlando Scarpelli (terreno e construção) pelo valor histórico do bem no montante de 20.362.072 (vinte milhões, trezentos e sessenta e dois mil, setenta e dois Reais).

FIGUEIRENSE FUTEBOL CLUBE

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

Investimentos - composição

Investimento avaliado por equivalência patrimonial	Patrimônio Líquido	Em 31 de dezembro de 2022		Resultado de equivalência patrimonial	Saldos	
		Lucro/ (prejuízo) do exercício	Percentual de participação %		2022	2021
FFC Ltda.	(92.321.359)	2.340.095	100%	2.340.095	(92.321.359)	(94.661.455)
FFC S.A.F.	12.142.699	(8.229.373)	100%	(8.229.373)	12.142.699	1.000

8. Imobilizado

Descrição	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Liquido	
				2022	2021
Edificações e construções	4%	-	-	-	644.487
Benfeitorias em estádio	4%	1.512.387	(733.136)	779.252	827.353
Benfeitorias em imóvel de terceiros	4%	113.006	(28.526)	84.480	89.001
Veículos	20%	173.512	(173.512)	-	-
Móveis e utensílios	10%	479.515	(411.911)	67.603	90.513
Equipamentos de processamento de dados	20%	194.854	(191.976)	2.878	4.735
Máquinas e equipamentos	10%	1.998.241	(1.882.479)	115.762	149.550
Instalações diversas	10%	494.719	(333.789)	160.931	200.815
Reavaliação de terrenos	0%	-	-	-	18.394.716
Reavaliação de edifícios e construções	4%	-	-	-	1.559.992
Direito de uso de terreno	0%	1.100.000	-	1.100.000	-
		<u>6.066.234</u>	<u>(3.755.328)</u>	<u>2.310.906</u>	<u>21.961.161</u>

FIGUEIRENSE FUTEBOL CLUBE

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

Movimentação ativo imobilizado

Descrição	31/12/2021	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2022
Edificações e construções	644.487	-	(541.696)	(102.791)	-
Benfeitorias em estádio	827.353	12.084	-	(60.185)	779.252
Benfeitorias em imóvel de terceiros	89.001	-	-	(4.520)	84.480
Veículos	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	90.513	758	-	(23.668)	67.603
Equipamentos de processamento de dados	4.735	-	-	(1.856)	2.878
Máquinas e equipamentos	149.550	3.418	-	(37.206)	115.762
Instalações diversas	200.815	-	-	(39.884)	160.931
Reavaliação de terrenos	18.394.716	-	(18.394.716)	-	-
Reavaliação de edifícios e construções	1.559.992	-	(1.425.659)	(134.333)	-
Direito de uso de terreno	-	1.100.000	-	-	1.100.000
	<u>21.961.161</u>	<u>1.116.260</u>	<u>(20.362.072)</u>	<u>(404.443)</u>	<u>2.310.906</u>

Comparativo 2021

Descrição	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Liquido	
				2021	2020
Edificações e construções	4%	3.730.313	(3.085.825)	644.487	793.700
Benfeitorias em estádio	4%	1.500.304	(672.950)	827.353	887.286
Benfeitorias em imóvel de terceiros	-	113.006	(24.005)	89.001	93.521
Veículos	20%	173.512	(173.512)	-	-
Móveis e utensílios	10%	478.756	(388.244)	90.513	118.519
Equipamentos de processamento de dados	20%	194.854	(190.120)	4.735	9.926
Máquinas e equipamentos	10%	1.994.823	(1.845.273)	149.550	197.043
Instalações diversas	10%	494.719	(293.904)	200.815	243.319
Reavaliação de terrenos	0%	18.394.716	-	18.394.716	18.394.716
Reavaliação de edifícios e construções	4%	4.874.971	(3.314.979)	1.559.992	1.754.991
		<u>31.949.974</u>	<u>(9.988.813)</u>	<u>21.961.161</u>	<u>22.493.020</u>

FIGUEIRENSE FUTEBOL CLUBE

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

Movimentação ativo imobilizado

Descrição	31/12/2020	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2021
Edificações e construções	793.700	-	-	(149.213)	644.487
Benfeitorias em estádio	887.286	-	-	(59.933)	827.353
Benfeitorias em imóvel de terceiros	93.521	-	-	(4.520)	89.001
Veículos	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	118.519	-	-	(28.006)	90.513
Equipamentos de processamento de dados	9.926	-	-	(5.191)	4.735
Máquinas e equipamentos	197.043	15.285	-	(62.778)	149.550
Instalações diversas	243.319	-	-	(42.505)	200.815
Reavaliação de terrenos	18.394.716	-	-	-	18.394.716
Reavaliação de edifícios e construções	1.754.991	-	-	(194.999)	1.559.992
	<u>22.493.020</u>	<u>15.285</u>	<u>-</u>	<u>(547.144)</u>	<u>21.961.161</u>

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

Em 2005, o Clube registrou os efeitos da mais valia do seu ativo imobilizado, decorrente da reavaliação de imóveis e terrenos. O laudo de reavaliação foi emitido por empresa especializada, e realizado de acordo com as normas do Instituto Brasileiro de Avaliação e Perícias de Engenharia e da Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 5676 (Avaliação de imóveis). Após a promulgação da Lei nº 11.638/07, que promoveu a alteração da legislação societária brasileira, conseqüentemente, nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não mais é permitido a reavaliação espontânea de bens.

A administração do clube optou por manter registrada a reavaliação constituída em 2005, até a sua total realização, por alienação ou depreciação, passando o saldo a vigorar como custo corrigido dos bens. Em 2014, o Clube com o intuito de manter atualizadas as informações e trazer a valor presente seu Bem de maior valia, bem como, informar aos seus Sócios/Torcedores, Senhores Conselheiros e usuários das informações, realizou laudo de avaliação do terreno, cujo valor conforme laudo emitido por empresa especializada é de R\$ 78.500.000 (Setenta e oito milhões e quinhentos mil Reais).

O valor não foi registrado na contabilidade, servindo para fins gerenciais. O Laudo foi elaborado de acordo com as normas de avaliação de imóveis da ABNT NBR - 1:2001 e da ABNT NBR 14653 - 2:2004(bem como sua revisão com validade em 03/03/2011, sob nº 14653-2-2011) estipuladas pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, com o Código de ética do COFEA/CREA, e em obediência a Lei Federal 5.194, de 24/12/66. Com base nessa avaliação ao valor justo, a administração do clube entende que não há indícios de não recuperabilidade desse ativo.

Em setembro de 2022 foi subscrito e integralizado integralmente na S.A.F o estádio Orlando Scarpelli. Também realizou um laudo de avaliação do terreno e construção, cujo valor conforme laudo emitido por empresa especializada é de R\$ 150.000.000 (cento e cinquenta milhões de Reais).

O valor não foi registrado na contabilidade, servindo para fins gerenciais. O Laudo foi elaborado de acordo com as normas de avaliação de imóveis da ABNT NBR - 1:2001 e da ABNT NBR 14653 - 2:2004(bem como sua revisão com validade em 03 de março de 2011, sob nº 14653-2-2011) estipuladas pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, com o Código de ética do COFEA/CREA, e em obediência a Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966. Com base nessa avaliação ao valor justo, a administração da empresa entende que não há indícios de não recuperabilidade desse ativo.

FIGUEIRENSE FUTEBOL CLUBE

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

9. Intangível

Descrição	Taxa anual de amortização	Custo	Amortização acumulada	Liquido	
				2022	2021
Sistema aplicativos - software	20%	208.354	(208.354)	-	8.452
Direito econômico de atleta(i)		60.000	(60.000)	-	35.966
		<u>268.354</u>	<u>(268.354)</u>	<u>-</u>	<u>44.418</u>

- (i) O Clube adquiriu em abril de 2021, 20% de direito econômico do atleta Oberdan Alionço de Lima do Futebol Clube Cascavel, valor integralmente amortizado.

Comparativo 2021

Descrição	Taxa anual de amortização	Custo	Amortização acumulada	Liquido	
				2021	2020
Sistema aplicativos - software	20%	208.354	(199.902)	8.452	21.855
Direito econômico de atleta		60.000	(24.034)	35.966	-
		<u>268.354</u>	<u>(223.936)</u>	<u>44.418</u>	<u>21.855</u>

10. Obrigações trabalhistas e sociais

Descrição	2022	2021
Salários e ordenados a pagar	977.378	1.077.469
13º salário a pagar	347.796	401.615
Pensão alimentícia a pagar	4.296	3.575
Rescisões a pagar	941.588	1.065.060
Férias a pagar	427.592	459.117
Premiação a pagar	1.172	1.172
INSS s/ folha pgto a recolher	58.109	486.636
Contrib p/ FGTS a recolher	2.567.673	2.382.892
Contrib sindical a recolher	42.023	42.023
PIS folha pgto a recolher	4.615	25.900
Acordos trabalhistas (i)	20.360.901	20.650.401
COFINS (5856)	2.810	1.176
PGFN - Débitos Previdenciários (ii)	-	878.899
PGFN - Parcelamentos Previdenciários (ii)	-	12.780.264
PGFN - Multa Infração CLT	159.318	-
Parcelamento PROFUT FGTS rescindido (iii)	2.145.977	2.090.193
Outras obrigações trabalhistas	188.800	193.635
	<u>28.230.049</u>	<u>42.540.029</u>

- (i) Referem-se, substancialmente, a valores ingressos no Ato Trabalhista ATsum 0000418-13.2019.5.12.0001 inclusos e atualizados com a homologação da Recuperação Extrajudicial (REJ) no fim de 2021, totalizando em aberto 20.309.237 (vinte milhões, trezentos e nove mil, duzentos e trinta e sete reais), vide Nota Explicativa nº 1;
- (ii) Débitos previdenciários federais, que se encontram parcelados na PGFN, no programa PERSE (vide Nota Explicativa nº 15);
- (iii) Referem-se a valores de parcelamento PROFUT FGTS rescindidos pela Receita Federal, que estão atualizados pela PGFN na data do balanço.

FIGUEIRENSE FUTEBOL CLUBE

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

11. Empréstimos e financiamentos

Descrição	2022		2021	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Bradesco S.A. (i)	-	496.528	-	400.099
Outros empréstimos (ii)	984.075	1.627.753	1.014.141	1.627.753
	<u>984.075</u>	<u>2.124.281</u>	<u>1.014.141</u>	<u>2.027.852</u>

As taxas pactuadas nos empréstimos são as seguintes:

- (i) Bradesco S.A. 0,90% ao mês vencido em dezembro de 2020, dado como garantia aval. Esse empréstimo foi incluído na massa de credores conforme recuperação extrajudicial (vide Nota Explicativa nº 1);
- (ii) Outros Empréstimos

Correspondem, substancialmente, aos valores:

1. Elephant Participações Societárias S.A. R\$ 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil Reais), taxa de 2% ao mês vencimento em 1º de novembro de 2018. Em 03 de maio de 2018 nos termos do artigo 299 e seguintes do Código Civil, foi assinado contrato de Assunção de Obrigações e Outras Avenças onde a Empresa FFC Ltda assume as obrigações decorrentes do montante de R\$ 1.200.000 (Um milhão e duzentos mil) do valor aportado, enquanto a Associação ficou com o restante dos R\$ 300.000 (trezentos mil) de obrigação do valor aportado. O valor está atualizado por juros, e em 31 de dezembro de 2022 apresenta um saldo de 940.456 (novecentos e quarenta mil, quatrocentos e cinquenta e seis Reais);
2. Pessoas Física Ligadas R\$ 1.627.753 (um milhão, seiscentos e vinte e sete mil e setecentos e cinquenta e três Reais) juros de 0,5% ao mês, conforme repactuação realizada em 31 de outubro de 2019, entrou na recuperação extrajudicial.

12. Partes relacionadas

Descrição	2022		2021	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Figueirense Futebol Clube Ltda. (i)	23.463	-	136.000	-
	<u>23.463</u>	<u>-</u>	<u>136.000</u>	<u>-</u>

- (i) Contrato de mútuo concedido em 31 de dezembro de 2022 com prazo de até 60 dias de pagamento sob pena de incorrer em juros 0,5% ao mês a partir do vencimento até a data do efetivo pagamento.

FIGUEIRENSE FUTEBOL CLUBE

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

13. Outros credores

Descrição	2022		2021	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante (reapresentado)
Direito de imagem a pagar (i)	2.647.651	-	2.673.384	-
Gasto com contratação de atleta (ii)	1.337.032	-	1.372.032	-
Adiantamento de Clientes	115.360	-	277.674	-
Empréstimo de atletas a pagar (iii)	3.478.046	-	3.478.046	-
Direito Econômico de Atleta a pagar (iv)	3.519.443	-	2.120.793	-
Mecanismo de solidariedade a pagar (v)	2.910.542	-	2.910.542	-
Obrigações Cíveis a Pagar (vi)	2.835.171	1.744.732	1.848.073	-
Provisão Honorários Advogados QGC REJ (vii)	740.949	-	740.949	-
Provisão Multa a Pagar QGC REJ (vii)	-	4.090.521	-	4.090.521
Provisão com perda na controlada FFC LTDA (viii)	-	92.320.859	-	94.660.955
Outras contas a pagar (ix)	1.824.717	66.500	1.681.768	72.500
	<u>19.408.911</u>	<u>98.222.612</u>	<u>17.103.261</u>	<u>98.823.976</u>

(i) Direito de imagem a pagar

Corresponde ao valor a pagar pela aquisição dos direitos de exploração de nome, apelido desportivo, imagem e voz de atletas, com valores vencidos e não pagos desde 2018, ingressos na recuperação extrajudicial, além de novos contratos celebrados em 2021 com o retorno do futebol para a Associação.

(ii) Gasto com contratação de atleta

Corresponde ao valor a pagar pela intermediação na negociação de contratação de atletas, esses valores são vencidos e não pagos desde 31 de dezembro de 2018, ingressos na recuperação extrajudicial.

(iii) Empréstimo de Atletas a Pagar

Corresponde à valores a pagar para outros Clubes oriundos de empréstimos de Atletas, vencidos na data de 31 de dezembro de 2018 e correspondem substancialmente referente aos atletas Werley Ananias da Silva, Marco Antônio Miranda Filho, William Henrique Antunes, Luiz Otávio Santos de Araújo, e do atleta Vitor Silva Assis de Oliveira Junior do Sport Clube Corinthians Paulista que ingressou na recuperação extrajudicial.

(iv) Direito econômico sobre atleta

Corresponde a valores a pagar para terceiros sobre Direito Econômico de atletas, sendo o mais representativo o valor a repassar para o Centro de Treinamento de Futebol do Paraná pertinente a negociação de liberação do Atleta Luis Eduardo Marques dos Santos, ingresso na recuperação extrajudicial, e a Figo Sports SPE Ltda conforme distrato firmado em 2022 pertinente a transações envolvendo atletas registrados no clube.

(v) Mecanismo de solidariedade a pagar

Corresponde à valores a repassar para Dome Tecnologia Ltda. sobre direitos de mecanismos de solidariedades de atletas cedidos conforme termo de resilição firmado em 2010, ingresso na recuperação extrajudicial.

FIGUEIRENSE FUTEBOL CLUBE

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

(vi) Obrigações cíveis a pagar

Corresponde à valores a pagar de acordos cíveis homologados, substancialmente, ao acordo com a federação das Associações de Atletas profissionais (FAAP), no montante de 1.006.626 (um milhão e seis mil, seiscentos e vinte e seis Reais) e ao acordo com a Prefeitura Municipal de Florianópolis referente ao termo de conciliação da posse do terreno do ginásio Saul Oliveira, no montante de 1.100.000 (um milhão e cem mil Reais).

(vii) Provisão Multa e Honorários Advogados OGC REJ

Corresponde a provisão de valores a pagar a advogados e de multa contratual em decorrência da homologação da recuperação extrajudicial (REJ) realizada em 2021 (vide Nota Explicativa nº 1).

(viii) Provisão com perda na controlada FFC Ltda.

Foi constituída provisão para perdas decorrentes do passivo a descoberto da controlada FFC Ltda. considerando a intenção da administração da investidora em manter o seu apoio financeiro à investida. Corresponde a avaliação do investimento pelo método de equivalência patrimonial, vide Nota Explicativa nº 7.

(ix) Outras contas a pagar

Correspondem a valores a pagar para terceiros, substancialmente, a Mega Team referente a transferência dos direitos econômicos do atleta Bruno Batista Pereira Pires.

14. Tributos e encargos sociais a recolher

Descrição	2022	2021
IPTU a recolher	880.038	783.581
PPI em Dívida Ativa (i)	8.218.810	-
ICMS a recolher	-	40.703
IRRF assalariado a recolher	30.586	142.879
IRRF sociedade civil a recolher	1.326	30.675
INSS - IN 100 a recolher	287.483	290.424
Contribuição retidas a recolher	3.457	87.792
ISS retido a recolher	10.162	23.211
PGFN - Parcelamento rescindido PROFUT SISPAR PGFN Não Previdenciário (ii)	-	3.469.290
PGFN - Parcelamento rescindido RFB Não-Previdenciário (ii)	-	4.050.861
PGFN - PERT Não-Previdenciário e impostos correntes RFB 2018 (ii)	-	8.498.137
PGFN - Parcelamento rescindido PROFUT Demais Débitos RFB rescindidos (ii)	-	7.528.728
Parcelamento PROFUT demais débitos RFB rescindido	3.436.149	3.436.149
Outras	79.111	57.684
	<u>12.947.124</u>	<u>28.440.114</u>

- (i) Refere-se ao saldo do parcelamento PPI realizado em 2009 junto a Prefeitura Municipal de Florianópolis rescindido por falta de pagamento. Encontra-se em dívida ativa;
- (ii) Referem-se ao saldo atualizado dos parcelamentos de tributos federais, substancialmente, -a título de IRRF rescindidos com a Secretaria da Receita Federal - SRF e Procuradoria Geral da República por falta de pagamento das parcelas do PROFUT e outros parcelamento. Encontra-se parcelado na PGFN, no programa PERSE (vida Nota Explicativa nº 15).

FIGUEIRENSE FUTEBOL CLUBE

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

15. Tributos parcelados

Descrição	2022		2021	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Programa de parcelamento incentivado - PMF	-	-	1.820.777	6.398.033
Parcelamento PAP PMF (i)	80.232	487.562	-	-
Parcelamento ICMS (ii)	18.079	-	5.719	-
Parcelamento Previdenciário Simplificado (iii)	67.445	219.197	-	-
Parcelamento Prev. e Não Previdenciário Simplificado (iii)	122.593	400.167	-	-
Parcelamento PERSE Previdenciário PGFN (iv)	460.575	7.994.897	-	-
Parcelamento PERSE Não Previdenciário PGFN (iv)	699.570	12.143.481	-	-
	<u>1.448.494</u>	<u>21.245.305</u>	<u>1.826.496</u>	<u>6.398.033</u>

(i) Programa Municipal de Adimplemento Permanente Administrativo - PAP - PMF

Em 15 de agosto de 2022 o Clube aderiu ao Programa Municipal de Adimplemento Permanente Administrativo (PAP) da Prefeitura Municipal de Florianópolis acordando a integridade do débito municipal, composto pelo HABITE-SE. O pagamento mensal em 96 parcelas, corrigido mensalmente pela taxa referencial do sistema especial de liquidação e de custódia (SELIC) sobre o montante do parcelamento, vencendo em julho de 2030.

(ii) Parcelamento ICMS

Em 06 de junho de 2022 o clube realizou o segundo parcelamento dos débitos em aberto de ICMS em 12 parcelas, atualizado com multa e juros, de R\$ 3.616 (três mil, seiscentos e dezesseis reais), vencendo em maio de 2023. Tal ICMS refere-se a vendas de mercadorias da loja.

(iii) Parcelamento Simplificado RFB Previdenciário e Não Previdenciário

Parcelamento de débitos previdenciários e não previdenciários na modalidade Simplificado em 60 parcelas, vencendo em fevereiro de 2027

(iv) PERSE

Em 25 de fevereiro de 2022 o Clube aderiu ao Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE), negociação que possibilita às pessoas jurídicas que exercem atividades econômicas ligadas ao setor de eventos pagar os débitos inscritos em dívida ativa da União, previdenciários e não previdenciários, com benefícios, como descontos, entrada reduzida e prazos diferenciados, conforme a sua capacidade de pagamento. A dívida não previdenciária entrou na modalidade de 145 meses, com redução de até 70%, vencendo em fevereiro de 2034, com parcelas iniciando em R\$ 35 mil reais. A dívida previdenciária entrará na modalidade de 60 meses, com redução de até 70%, vencendo em janeiro de 2027, com parcelas iniciando em R\$ 23 mil Reais.

FIGUEIRENSE FUTEBOL CLUBE

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

16. Provisão para contingências

O Clube é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo principalmente questões tributárias, cíveis e trabalhistas. A Administração, com base nas informações e avaliações de seus assessores legais, internos e externos, constituiu provisões para as contingências em montante avaliado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis, classificando os processos de acordo com o grau de risco de perda, conforme segue:

Natureza	2022	2021
Causas trabalhistas	9.055.405	8.372.107
Causas cíveis	11.425.802	13.067.673
	<u>20.481.207</u>	<u>21.439.780</u>

A movimentação da provisão no exercício de 2022 está demonstrada a seguir:

Controladora	2021	Adições	Reversões	2022
Trabalhistas	8.372.107	690.298	(7.000)	9.055.405
Cíveis	13.067.673	55.598	(1.697.469)	11.425.802
Total	<u>21.439.780</u>	<u>745.895</u>	<u>(1.704.469)</u>	<u>20.481.207</u>

A Entidade é também parte em outras demandas judiciais trabalhistas e cíveis, e não provisiona valores sobre contingências avaliadas pelos assessores jurídicos com probabilidade de perda possível. Para 31 de dezembro de 2022 os montantes informados pelos assessores jurídicos nesse prognóstico é: R\$ 1.285.606 (um milhão, duzentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e seis Reais).

17. Receita líquida

Descrição	2022	2021
Receita bruta operacional	27.872.696	8.387.186
Competições Esportivas	130.091	129.482
Transmissões Esportivas	452.666	1.155.973
Transações de Atletas	8.160	991.245
Associados	1.646.234	1.704.050
Promoções e publicidades	1.358.849	2.196.362
Loteria Timemania	824.013	192.808
Cessão - transferência do futebol para Ltda	4.464	419.748
Cessão de Uso Temporário Oneroso Estádio FFC SAF (i)	3.097.304	-
Receita com Pagamentos FFC S.A.F	51.829	-
Loja	-	468.861
Receita com Resultado Equivalência Patrimonial (ii)	2.340.095	-
Outras receitas (iii)	17.958.991	1.128.659
(-) Deduções da Receita	-	(192.590)
Impostos s/vendas loja	-	(51.627)
Cancelamentos e Descontos s/vendas loja	-	(140.963)
Receita líquida	<u>27.872.696</u>	<u>8.194.596</u>

- (i) Refere-se a receita com contrato de cessão e uso do estádio Orlando Scarpelli para os jogos da oficiais da temporada de 2022 e toda sua operação diária administrativa, jogos e treinos do futebol firmado com o Figueirense Futebol Clube S.A.F;

FIGUEIRENSE FUTEBOL CLUBE

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

- (ii) Os valores registrados nessa rubrica referem-se ao resultado da avaliação do investimento no Figueirense futebol clube Ltda em 2022 pelo método de equivalência patrimonial;
- (iii) Os valores registrados nessa rubrica referem-se substancialmente ao benefício concedido com a adesão ao Programa Emergencial Retomada Setor de Eventos PERSE, no montante de 17.476.406 (dezessete milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, quatrocentos e seis Reais), vide Nota Explicativa n° 15.

18. Custo departamento de futebol

Descrição	2022	2021
Despesas folha pagamento	(817.936)	(3.042.129)
Encargos sociais e demais benefícios a empregados	(537.251)	(906.211)
Direito de Imagem	(153.820)	(222.072)
Assessoria Esportiva FFC Ltda.	-	(825.000)
Custo serviços profissionais	(308.502)	(481.398)
Direito econômico (i)	(1.398.650)	-
Demais custos departamento de futebol	(937.658)	(588.256)
	<u>(4.153.817)</u>	<u>(6.065.067)</u>

- (i) O valor registrado nessa rubrica refere-se a despesa com distrato da Figo Sports SPE Ltda. referente a valores envolvendo atletas, vide Nota Explicativa n° 13.

19. Custo de competição

Descrição	2022	2021
Alimentação	(192.953)	(40.834)
Taxa da Federação/confederação	(175.533)	(304.033)
Viagens e hospedagens	(38.552)	-
Despesas c/ ingressos Esportivos	(15.114)	(11.001)
Demais custos de competição	(90.006)	(63.536)
	<u>(512.157)</u>	<u>(419.404)</u>

20. Despesa contingência trabalhista

Descrição	2022	2021
Provisão Contingências Trabalhistas (i)	(697.581)	(3.734.922)
Prov. p/ processos cíveis (i)	(292.320)	(7.012.645)
Multa p/atraso e Indenização Trabalhista	-	(4.000)
	<u>(989.901)</u>	<u>(10.751.568)</u>

- (i) Reconhecimento provisão para contingências trabalhista e cíveis e despesas com novos acordos homologados em 2022.

FIGUEIRENSE FUTEBOL CLUBE

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

21. Despesas gerais e administrativas

Descrição	2022	2021 (reapresentado)
Despesas folha pagamento	(878.684)	(57.681)
Serviços Pessoa Física	(39.497)	(37.723)
Despesas c/tributos/contribuições (i)	(865.229)	(297.912)
Despesas veículos/manutenção e conserv. bens	(324.839)	(9.567)
Despesas propaganda publicidade e patrocínio	(27.364)	(105.000)
Multas s/impostos e infrações fiscais	(188.874)	(148.887)
Depreciações e amortizações	(412.895)	(560.547)
Constituição provisões (ii)	(114.633)	(2.040.465)
Provisão Multa QGC REJ	-	(4.090.521)
Despesa cessão - transferência do futebol para Ltda.	-	(641.396)
Despesa Cessão de Crédito - FFC S.A.F	(229.433)	-
Despesa Resultado Equivalência Patrimonial FFC S.A.F (iii)	(8.229.373)	-
Despesa resultado equivalência patrimonial FFC Ltda.	-	(94.661.455)
Outras despesas	(362.615)	(257.098)
	(11.673.435)	(102.908.253)

- (i) Os valores registrados nessa rubrica referem-se substancialmente ao parcelamento PAP realizado junto a Prefeitura Municipal de Florianópolis, no montante de R\$ 586.499 (quinhentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e noventa e nove reais), vide Nota Explicativa n° 15;
- (ii) Os valores registrados nessa rubrica referem-se a provisões para perda de devedores duvidosos e demais provisões cíveis e trabalhistas administrativas;
- (iii) Os valores registrados nessa rubrica referem-se ao resultado da avaliação do investimento na S.A.F em 2022 pelo método de equivalência patrimonial, vide Nota Explicativa n° 7.

22. Despesas serviços contratados

Descrição	2022	2021
Serviços advocatícios	(86.444)	(778.812)
Serviços de consultorias (i)	(1.086.518)	(120.567)
Serviços de limpeza	(56.820)	(149.995)
Serviços de vigilância	(187.324)	(571.465)
Serviços prestados Pessoa Jurídica	(104.811)	(203.712)
Serviços de intermediação e comissão	(38.262)	(10.000)
Demais serviços Pessoa Jurídica	(68.577)	(22.468)
	(1.628.757)	(1.857.020)

- (i) Os valores registrados nessa rubrica referem-se, substancialmente, a serviços prestados de reestruturação do clube por consultoria contratada no montante de 897.823 (oitocentos e noventa e sete mil, oitocentos e vinte e três Reais).

FIGUEIRENSE FUTEBOL CLUBE

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Reais)

23. Despesas financeiras

Descrição	2022	2021
Tarifas bancárias	(42.284)	(63.527)
Juros SELIC	(264.170)	(214.262)
Juros de financ e mora	(9.447)	(22.348)
Juros Atualização PMF	-	(764.015)
Juros Parcelamento PAP PMF	(24.464)	-
Descontos Concedidos	(0)	(2)
Despesas com Cartão	(713)	(13.004)
Despesas com Câmbio	(675)	(225)
IOF - Imposto s/ operações financeiras	(7)	(1.297)
Juros s/ Empréstimos	(232.818)	(280.115)
Juros Débito PGFN	(379.849)	(3.365.545)
Juros Parcelamento ICMS	(2.093)	(371)
Juros Parcelamento Simplificado	(96.884)	-
Juros Atualização PGFN Multa CLT	(381)	-
Juros Parcelamento PERSE (i)	(1.979.547)	-
Despesa de variação cambial	(19.102)	(76.093)
Outras despesas financeiras	(442)	-
	<u>(3.052.878)</u>	<u>(4.800.804)</u>

- (i) Reconhecimento da despesa com juros em 2022 da atualização do parcelamento da PGFN PERSE, vide Nota Explicativa n° 15.

24. Receitas financeiras

Descrição	2022	2021
Receita de aplicação financeira	96	16
Receita de Juros auferidos	205	-
Receita com Descontos obtidos (i)	110.095	9.060
Outras receitas financeiras	5	-
Receita de variação cambial	26.358	50.507
Receita Rendimento Cota Capital	168	92
	<u>136.927</u>	<u>59.676</u>

- (i) Reconhecimento receita com desconto obtido no pagamento das parcelas do acordo cível com a Federação das Associações de Atletas Profissionais (FAAP), vide Nota Explicativa n° 13.

25. Gestão de riscos financeiros

Fatores de risco financeiro

As atividades do Clube o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco do Clube se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Clube.

A gestão de risco é realizada pela diretoria financeira, segundo as políticas estabelecidas pela Administração do Clube.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

O Clube atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições com relação ao Dólar Norte Americanos (US\$) e Euro (€). O risco cambial decorre de operações com devedores por cessão de direitos econômicos de atletas, credores por participação e negociação de atletas e ativos e passivos reconhecidos, mantidos em moeda diferente da moeda funcional do Clube.

O Clube não possui contratados instrumentos para proteção dos riscos cambiais.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Considerando que os ativos e passivos financeiros do Clube possuem taxas de juros fixas e determináveis, o resultado e os fluxos de caixa operacionais do Clube, no período de até 12 meses, são livres de oscilações significativas, decorrentes de mudanças nas taxas de juros de mercado.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa e instituições financeiras, bem como de exposições de devedores por cessão de direitos econômicos (Nota Explicativa nº 5).

(c) Risco de liquidez

Em 2018 o clube transferiu ativos e passivos para a FFC Ltda. nos termos do acordo Investimento e Transferência do Futebol (vide Nota Explicativa nº1) dessa forma a estrutura de liquidez foi substancialmente alterada. O clube recebe, atualmente valores referentes a percentual da receita de seus Associados conforme Nota Explicativa nº 5 para manutenção das suas atividades. A partir de junho de 2018 todos os funcionários foram transferidos para FFC Ltda, a qual passou a ser responsável pelo pagamento de passivos decorrentes de folha de pagamentos, parcelamentos de impostos, empréstimos e fornecedores cujos vencimentos estejam programados pelo período em que o acordo entre as partes estiver vigente.

26. Eventos subsequentes

Recuperação Extrajudicial (REJ)

Em 31 de janeiro de 2023, foi julgado pela 4ª Câmara de Direito Comercial do Tribunal de Justiça de Santa Catarina o recurso de apelação interposto pelo credor Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Sport Partners (FIDC), cuja decisão foi a anulação da sentença que homologou o plano de recuperação extrajudicial (vide Nota Explicativa nº 1), ou seja, o rejeitou. No dia 09 de fevereiro de 2023, o Clube, opôs embargos de declaração com pedido de efeito suspensivo dos efeitos do acórdão, endereçado ao desembargador Torres Marques, relator prevento do processo de recuperação extrajudicial. No dia 10 de fevereiro de 2023, o desembargador proferiu despacho que atribuiu o efeito suspensivo requerido pelo clube e manteve a sentença de homologação do plano de recuperação extrajudicial, dada em 17 de dezembro de 2021, até que seja julgado o mérito dos embargos. Após essa decisão, não houve mais nenhuma movimentação processual.

Mudança de entendimento STF sobre coisa julgada

Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária.

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de maneira definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus Assessores Jurídicos Internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus Assessores Jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.